

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Alfândegas

1.ª Repartição

1.ª Secção

Rectificação

No decreto n.º 5:238, publicado no *Diário do Governo* n.º 51, 1.ª série, de 13 do corrente, onde se lê, na 5.ª linha: «navios mercantes estrangeiros que entravam nos portos», deve ler-se: «que entram nos portos».

Direcção Geral das Alfândegas, 15 de Março de 1919.—
O Director Geral, *Manuel dos Santos*.

MINISTÉRIO DA GUERRA

Repartição do Gabinete

Por ter saído com inexactidões novamente se publica o seguinte decreto:

Decreto n.º 5:212

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro da Guerra, o seguinte:

Artigo 1.º Os adjuntos do Parque Automóvel Militar e os instrutores da Escola de Condutores Militares de Automóveis, de que trata a alínea b) do § único do artigo 11.º, e a alínea b) do § único do artigo 12.º, respectivamente, do decreto n.º 4:705, de 29 de Junho de 1918, podem ser capitães ou subalternos; sendo também adjuntos os oficiais do quadro da companhia de tropas automobilistas.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro da Guerra o faça publicar. Paços do Governo da República, 1 de Março de 1919.—*JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—António Maria de Freitas Soares.*

Por ter saído com incorrecções novamente se publica o § 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 5:245, inserto no *Diário do Governo* n.º 52, de 14 de Março de 1919:

§ 2.º As condições das alíneas a), b), c), d), e) e f) do n.º 1; a), b) e c) do n.º 2.º; a), c), d) e e) do n.º 3.º do artigo 434.º serão cumpridas no todo ou em parte se o oficial tiver tempo de as cumprir ou se tais serviços forem determinados.

2.ª Direcção Geral

2.ª Repartição

Decreto n.º 5:255

Hei por bem decretar, sob proposta do Ministro da Guerra, nos termos do n.º 1.º do artigo 2.º da lei de 26 de Julho de 1912, que sejam consideradas de utilidade pública e urgente as expropriações das seguintes propriedades, para ampliação do quartel do 3.º grupo de companhias da administração militar na Póvoa de Varzim:

Uma parcela de terreno com a superfície de 1:708 metros quadrados, contígua ao quartel do referido grupo, pertencente a Manuel Alves da Costa.

Uma dita com 1:348 metros quadrados, também contígua ao mesmo quartel e pertencente a Francisco Barbosa Soto Maior.

Os Ministros da Guerra, da Justiça e Finanças o façam publicar. Paços do Governo da República, 8 de Março de 1919.—*JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—Francisco Manuel Couceiro da Costa—António de Paiva Gomes—António Maria de Freitas Soares.*

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 5:256

Sob proposta do Ministro do Comércio, com o fundamento na alínea b) do artigo 3.º da lei de 29 de Abril de 1913, guardadas as prescrições do § 3.º do artigo 34.º da lei de 9 de Setembro de 1908 e as do artigo 10.º do decreto n.º 2 de 15 de Dezembro de 1894, e tendo ouvido o Conselho de Ministros: hei por bem decretar que no Ministério das Finanças seja aberto, a favor do do Comércio e devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, um crédito especial da quantia de 3.000\$, destinado a reforçar a verba consignada à aquisição de impressos no artigo 34.º do capítulo 2.º do orçamento do segundo dos mencionados Ministérios para o corrente ano económico de 1918-1919, devendo ser anulada igual quantia no artigo 10.º do mesmo orçamento, de conformidade com o artigo 4.º da lei de 29 de Abril de 1913.

O Conselho Superior da Administração Financeira do Estado visou a minuta deste decreto em 19 de Fevereiro último.

Determina-se portanto a todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros das Finanças e do Comércio o façam publicar. Paços do Governo da República, 11 de Março de 1919.—*JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES—José Relvas—Francisco Manuel Couceiro da Costa—António de Paiva Gomes—António Maria de Freitas Soares—Júlio do Patrocínio Martins—José Carlos da Maia—Domíngos Leite Pereira—Augusto Dias da Silva—Jorge de Vasconcelos Nunes.*

Decreto n.º 5:257

Sendo urgente providenciar para que o Ministério do Comércio seja habilitado com os fundos necessários para pagamento dos encargos dos anos económicos findo e corrente, relativamente a materiais e jornais das obras de edificios públicos, que excederam bastante as verbas previstas nos respectivos orçamentos, em virtude do grande número de operários a que o Estado se tem visto na necessidade de dar trabalho, em consequência da crise da construção civil existente em Lisboa, o sendo certo que ao Parlamento foi oportunamente apresentada uma proposta de lei nesse sentido, que não chegou a ser apreciada por o Congresso ter sido dissolvido:

Hei por bem decretar, sob proposta dos Ministros das Finanças e do Comércio, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do do Comércio, um crédito especial de 115.000\$, destinado a reforçar a verba do capítulo 2.º, artigo 23.º, do orçamento que vigorou para o ano económico de 1917-1918, atribuída a «Construção, conservação, melhoramentos e reparação de edificios públicos».

§ único. Para esse efeito e a fim de que aquela importância seja incluída na respectiva dívida, é o Governo autorizado a abrir a conta da gerência de 1917-1918.

Art. 2.º É igualmente aberto no Ministério das Finanças, a favor do do Comércio, um crédito especial de 2:416.000\$, destinado a reforçar igual verba do orçamento em vigor para o actual ano económico de 1918-1919.

§ único. Da importância deste crédito é, desde já, transferida a quantia de 150.000\$ para o artigo 17.º do capítulo 2.º do mesmo orçamento, correspondente a igual importância que, por decreto de 22 de Fevereiro último, foi deste artigo transferida para a verba de

«Construção, reparação, melhoramentos e conservação de edificios públicos».

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução deste decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tam inteiramente como nele se contém.

Os Ministros das Finanças e do Comércio o façam publicar. Paços do Governo da República, 11 de Março de 1919.—**JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES**—*José Relvas—Francisco Manuel Couceiro da Costa—António de Paiva Gomes—António Maria de Freitas Soares—Tito Augusto de Moraes—Júlio do Patrocínio Martins—José Carlos da Maia—Domingos Leite Pereira—Augusto Dias da Silva—Jorge de Vasconcelos Nunes.*

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Administração Civil

2.ª Repartição

1.ª Secção

Decreto n.º 5:258

Usando da faculdade conferida ao Governo pelo artigo 87.º da Constituição Política da República Portuguesa, hei por bem, sob proposta do Ministro das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo 1.º As disposições do artigo 1.º do decreto n.º 5:227, de 5 de Março do corrente ano, são também applicáveis aos antigos governadores do Ultramar, os quais ficarão pertencendo ao quadro honorário do Ministério das Colónias.

Art. 2.º Os governadores das províncias ou distritos do ultramar, enquanto não forem exonerados, gozam, tanto na metrópole como nas colónias, as honras que lhes são fixadas no segundo parágrafo das bases 8.ª e 33.ª, insertas no artigo 4.º do decreto, com força de lei, n.º 4:627, de 1 de Julho de 1918.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrário.

O Ministro das Colónias assim o tenha entendido e faça executar. Paços do Governo da República, 10 de Março de 1919.—**JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES**—*José Carlos da Maia.*

Por ter saído inexacta no *Diário do Governo* n.º 47, 1.ª Série, de 7 de Março corrente, declara-se que a redacção do artigo 2.º do decreto n.º 5:206, de 1 do mesmo mês, aprovando o regulamento para os espectáculos cinematográficos no território sob a administração da Companhia de Moçambique, é a seguinte:

Artigo 2.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Direcção Geral da Administração Civil, 15 de Março de 1919.—O Sub-Director Geral, *José de Almada.*

MINISTÉRIO DA INSTRUÇÃO PÚBLICA

Repartição de Instrução Secundária

Decreto n.º 5:259

Considerando que pela lei orgânica do Ministério da Instrução Pública foi o Instituto de Missões Coloniais colocado sob o seu serviço e fiscalização;

Considerando que a organização do seu curso de pro-

paratórios, desde os programas de ensino até a realização das provas, é a mesma dos liceus nacionais;

Considerando que, enquanto não for remodelada essa organização, subsistem as mesmas razões que o tornaram dependente do Ministério da Instrução Pública;

Usando da faculdade que me confere o n.º 4.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portuguesa:

Hei por bem, sob proposta dos Ministros da Instrução Pública e das Colónias, decretar o seguinte:

Artigo único. O Instituto de Missões Coloniais, que, por decreto de 12 de Junho de 1918, havia sido transferido para o Ministério das Colónias, volta para o Ministério da Instrução Pública, ficando pertencendo à Repartição de Instrução Secundária, e assim declarado sem efeito, nesta parte, o referido decreto e revogada a demais legislação em contrário.

O Ministro da Instrução Pública e o das Colónias assim o tenham entendido e façam executar. Paços do Governo da República, 13 de Março de 1919.—**JOÃO DO CANTO E CASTRO SILVA ANTUNES**—*Domingos Leite Pereira—José Carlos da Maia.*

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA

11.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 5:260

Com fundamento no decreto com força de lei n.º 5:068, de 30 de Novembro de 1918, que coordenou e unificou os serviços de meteorologia agrícola e criou a Inspecção dos Serviços de Meteorologia Agrícola;

Sob proposta do Ministro da Agricultura, usando da faculdade concedida ao Governo no n.º 1.º do artigo 34.º da lei de 9 de Setembro de 1908, e de conformidade com o artigo 4.º da lei de 29 de Abril de 1913:

Hei por bem decretar, tendo ouvido o Conselho de Ministros, que no Ministério das Finanças seja aberto, a favor do Ministério da Agricultura, um credito especial da quantia de 16.000\$, que reforçará o orçamento da despesa do último dos referidos Ministérios para o corrente ano económico, pela seguinte forma:

Despesa ordinária

CAPÍTULO II

Serviços internos e externos

ARTIGO 2.º

Vencimentos de pessoal dos quadros, contratado, etc.

Direcção dos Serviços Fisiográficos

Para pagamento do vencimento do inspector dos serviços de meteorologia agrícola e das gratificações a que se referem o artigo 22.º e o § único do artigo 23.º do decreto n.º 5:069, de 30 de Novembro de 1918 4.000\$00

Despesa extraordinária

CAPÍTULO 10.º

Despesa de instalação e construção

ARTIGO 31.º

Despesas de instalação e construção relativas a serviços dependentes do Ministério da Agricultura

Direcção dos Serviços Fisiográficos

Para ocorrer às despesas de instalação e organização das estações e postos meteorológicos 12.000\$00

Total 16.000\$00

De conformidade com o artigo 4.º da lei de 29 de Abril de 1913 anular-se há igual quantia, por dispensável, na rubrica Secretaria Geral, Inspecção Geral, Di-